



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Aqui você poderá conferir os indicadores de resultados da Eletronuclear em 2023.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS – 2023

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) <https://odia.ig.com.br/balancos-e-editais>
b) www.eletronuclear.gov.br

As indicações para as notas explicativas, constantes nesta publicação, são referentes às demonstrações financeiras completas.

ELETRONUCLEAR S.A. BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais)				ELETRONUCLEAR S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022		NOTA	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				RECEITAS OPERACIONAIS			
Caixa e equivalente de caixa	6	29.374	32.471	Geração			
Títulos e valores mobiliários	7	710.309	2.754.126				
Clientes	9	432.604	480.215				
Tributos a compensar	10	87.124	23.073	Suprimento de energia Elétrica 4.479.976 4.507.571			
Imposto de renda e contribuição social	11	394.161	57.742	Outras Receitas 528 7.888			
Estoque de combustível nuclear	12	1.122.257	700.276	Deduções			
Almoxarifado	13	304.322	286.361				
Outros	15	99.781	100.642	(-) Encargos setoriais (134.400) (135.227)			
		3.179.932	4.434.906	(-) PASEP e COFINS (414.397) (416.950)			
NÃO CIRCULANTE				Receita Operacional Líquida 30 3.931.707 3.963.282			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				CUSTOS OPERACIONAIS			
Títulos e valores mobiliários	8	3.274.612	2.561.274	Encargos sobre uso da rede elétrica (234.939) (213.346)			
Estoque de combustível nuclear	12	1.788.977	1.892.887	Pessoal, Material e Serviços (1.016.939) (959.575)			
Cauções e depósitos vinculados	14	58.822	67.040	Pessoal - Incentivo de desligamento			
Outros	15	1.568	1.289	Depreciação (378.361) (566.589)			
		5.123.979	4.522.490	Amortização (4.613) (8.019)			
IMOBILIZADO				Combustível para produção de energia elétrica (544.989) (500.677)			
		14.723.185	13.754.103	Provisões/Reversões operacionais (11.258) (33.009)			
INTANGÍVEL				Outros Custos (82.183) (103.322)			
		90.224	96.999	Custos Operacionais 31 (2.273.282) (2.384.537)			
				RESULTADO BRUTO			
				1.658.425 1.578.745			
TOTAL DO ATIVO				DESPESAS OPERACIONAIS			
23.117.320				22.808.498			
As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras				Pessoal, Material e Serviços (624.446) (515.384)			
				Pessoal - Incentivo de desligamento 1.011 7.877			
				Depreciação (9.139) (4.753)			
				Depreciação direito de uso IFRS 16 (27.972) (14.580)			
				Amortização (648) (656)			
				Doações e contribuições - -			
				Provisões/Reversões operacionais (91.503) (161.958)			
				Outras (85.043) (109.970)			
				Despesas Operacionais 31 (837.740) (799.424)			
				RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			
				820.685			
				779.321			
				RESULTADO FINANCEIRO			
				Receitas Financeiras			
				Receitas de juros, comissões e taxas 207.060 244.113			
				Receita de aplicações financeiras 338.843 205.873			
				Ganho sobre tit. e valores mobiliários LP - Fundo descomissionamento 12.736 5.820			
				Atualizações monetárias ativas 333.880 70.144			
				Variações cambiais ativas 15.458 14.210			
				Outras receitas financeiras			
				Despesas Financeiras			
				Encargos de dívidas (476.146) (497.300)			
				Perda sobre tit. e valores mobiliários LP - Fundo descomissionamento (6.563) (67.845)			
				Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos (244.905) (245.513)			
				Encargos de arrendamento (5.791) (3.321)			
				Atualizações monetárias passivas (54.438) (178.490)			
				Variações cambiais passivas (295.697) 943			
				Outras despesas financeiras (57.460) (44.904)			
				Resultado Financeiro 32 (233.023) (496.270)			
				RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS			
				587.662			
				283.051			
				Imposto de renda e contribuição social correntes (71.314) (67.013)			
				Imposto de renda e contribuição social diferidos (198.149) (186.216)			
				LUCRO DO EXERCÍCIO			
				318.199			
				29.822			
				LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
				Lucro básico e diluído por ação em R\$ 33 0,000719 0,000115			

ELETRONUCLEAR S.A. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	318.199	29.822
Outros componentes do resultado abrangente	(1.772)	698.427
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(1.772)	698.427
Total do resultado abrangente do exercício	316.427	728.249

ELETRONUCLEAR S.A. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (em milhares de reais)

NOTA	CAPITAL SOCIAL		RESERVA DE CAPITAL	PREJÚZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
	SUBSCRITO	A INTEGRALIZAR				
Em 31 de dezembro de 2021	8.493.036	-	-	(4.639.264)	(1.283.690)	2.570.082
Aumento de capital	7.029.308	(28.388)	2.703.021	-	-	9.703.941
Dividendos declarados	-	-	(2.703.021)	-	-	(2.703.021)
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	698.427	698.427
Lucro do exercício	-	-	-	29.822	-	29.822
Em 31 de dezembro de 2022	15.522.344	(28.388)	-	(4.609.442)	(585.263)	10.299.251
Em 31 de dezembro de 2022	15.522.344	(28.388)	-	(4.609.442)	(585.263)	10.299.251
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	(1.772)	(1.772)
Lucro do exercício	-	-	-	318.199	-	318.199
Em 31 de dezembro de 2023	15.522.344	(28.388)	-	(4.291.243)	(587.035)	10.615.678

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras



ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	587.662	283.051
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação	415.472	585.921
Baixas e outros ajustes no imobilizado	3.770	(49.159)
Amortização	5.261	8.676
Baixas e outros ajustes no intangível	4.258	-
Baixas e atualizações monetária de depósito judicial	14.378	837
Consumo de Combustível Nuclear	544.989	500.676
Baixa de Elementos Combustível Oxidados	4.127	44.911
Variações cambiais e monetárias líquidas	(40.372)	(71.081)
Variações monetárias - AFAC	-	132.373
Variações monetárias - financiamento	44.330	42.349
Encargos financeiros	476.146	506.176
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(332.280)	(138.028)
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(207.060)	(244.113)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	79.388	170.533
Provisão para plano de incentivo de desligamento	(1.011)	(7.876)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296)	(353)
Provisões para risco	12.411	(8.222)
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	244.905	245.513
Ajuste a valor presente de obrigação com arrendamento mercantil	5.791	3.321
Outras	-	-
	1.861.869	2.005.505
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		
Clientes	47.611	(194.840)
Estoque de combustível nuclear	(867.187)	(1.093.101)
Almoxarifado	(17.961)	(13.689)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	(400.471)	(1.795)
Cauções e depósitos vinculados	(6.161)	(1.875)
Outros	879	14.043
	(1.243.290)	(1.291.257)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(170.032)	280.659
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(63.385)	(13.695)
Obrigações estimadas	165.060	109.622
Obrigações de ressarcimento	17.472	142.496
Remuneração dos acionistas	-	-
Outros	178.968	(162.399)
	128.083	356.683
Caixa proveniente das atividades operacionais	746.662	1.070.931
Pagamento de encargos financeiros	(480.914)	(494.385)
Pagamento de obrigações de arrendamento - IFRS 16	(32.066)	(30.125)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(357.633)	(175.444)
Pagamento de previdência complementar	(5.673)	(5.442)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(129.624)	365.535
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.652	93.666
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(380.498)	(339.915)
Recebimento de Aporte de capital	-	3.554.523
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(378.846)	3.308.274
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.388.324)	(1.459.540)
Aquisição de ativo intangível	(2.744)	(26.481)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.758.510)	(5.957.080)
Resgate de títulos e valores mobiliários	3.654.951	3.791.249
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	505.373	(3.651.852)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(3.097)	21.957
Transações que não envolveram caixa:		
Imobilizado para desmobilização de ativo	3.347	(862.276)
Obrigações para desmobilização de ativo	(3.347)	862.276
Aumento de capital social	-	(6.149.418)
Conversão de AFAC em capital social	-	3.665.520
Integralização de capital com dividendos	-	2.483.898
	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.471	10.514
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.374	32.471
	(3.097)	21.957

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

ELETRONUCLEAR S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS (DESPESAS)		
Venda de energia e serviços	4.479.976	4.507.571
Outras Receitas Operacionais	528	7.888
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	941.643	979.333
PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	296	353
	5.422.443	5.495.145
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Encargos da rede de transmissão	(234.939)	(213.346)
Materiais, serviços e outros	(780.328)	(761.427)
Materiais, serviços e outros - usina Angra 3	(867.624)	(958.283)
Combustível para produção de energia elétrica	(544.989)	(500.677)
Provisões/Reversões operacionais	(22.658)	(16.910)
	(2.450.538)	(2.450.643)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.971.905	3.044.502
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(420.733)	(594.597)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.551.172	2.449.905
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	599.544	540.160
	599.544	540.160
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.150.716	2.990.065
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL		
Remuneração direta	(593.672)	(519.483)
Remuneração direta - usina Angra 3	(74.019)	(21.050)
Benefícios	(239.152)	(323.474)
FGTS	(45.354)	(39.641)
	(952.197)	(903.648)
TRIBUTOS		
Federal	(867.031)	(845.203)
Estadual	(592)	(272)
Municipal	(17.486)	(17.098)
	(885.109)	(862.573)
ENCARGOS SETORIAIS	(136.030)	(136.755)
TERCEIROS		
Juros	(832.567)	(1.036.430)
Aluguéis	(26.614)	(20.837)
	(859.181)	(1.057.267)
ACIONISTAS		
Resultado líquido do exercício	(318.199)	(29.822)
	(318.199)	(29.822)
	(3.150.716)	(2.990.065)

As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETRONUCLEAR S.A., ("ELETRONUCLEAR" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 21º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma sociedade de economia mista que passou a ser controlada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar e teve sua denominação social alterada de Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR para ELETRONUCLEAR S.A. a partir do 2º trimestre de 2022.

A Companhia tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrônica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 34.3.5, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

1.1 Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. Atualmente, a Companhia estava encontrando limitações de mercado para aquisição de um importante insumo ao seu processo de produção de energia nuclear, o radioisótopo hidróxido de Ilio 7, produto usado na refrigeração da água do circuito primário dos reatores nucleares de potência PWR (do inglês *Pressurized Water Reactor*) para manter o pH constante, produto este utilizado nas Usinas Angra 1 e Angra 2. Recentemente, por meio de processo de licitação internacional, a Companhia obteve uma única oferta de fornecimento deste material por meio da empresa "Novosibirsk Chemical Concentrates Plant PJSC", uma empresa localizada na Rússia e subsidiária da empresa "Rosatom State Atomic Energy Corporation (Rosatom)", companhia também estabelecida na Rússia. O processo de fornecimento deste insumo foi concluído em julho/2023 com o recebimento do material, que garantirá o abastecimento deste insumo em quantidades suficientes para a operação das Usinas Angra 1 e Angra 2 até o ano de 2027. A Companhia está buscando alternativas para mitigar eventuais riscos futuros decorrentes das limitações de fornecimento deste material.

Em setembro de 2021, a ELETRONUCLEAR e a estatal russa de energia atômica Rosatom celebraram um memorando de entendimento não vinculante para trocar informações sobre novos projetos de usinas nucleares de larga escala. O acordo também inclui intercâmbio de dados sobre pequenos reatores modulares terrestres e flutuantes, ciclo de combustível nuclear, suporte no ciclo de vida de novas usinas, além de extensão da vida útil e desenvolvimento tecnológico relacionado ao setor nuclear. O acordo não abrange nenhum dos projetos atualmente em curso pela ELETRONUCLEAR.

O memorando citado é um instrumento meramente de cooperação e troca de informações, não implicando em qualquer compromisso contratual ou financeiro para qualquer uma das partes.

NOTA 2 – DESTAQUES 2023

2.1 - Angra 1 bate recorde histórico de geração de energia em janeiro

A usina nuclear Angra 1 iniciou 2023 com a maior geração de energia em um mês de toda a sua história. A unidade produziu em janeiro 485.033,504 megawatts-hora (MWh), superando sua melhor marca, obtida em julho de 2021, de 483.794,225 MWh. Nos últimos anos, a ELETRONUCLEAR vem trabalhando para aprimorar o desempenho e a produtividade de Angra 1, como demonstram seus indicadores, que estão entre os melhores do setor nuclear no mundo. A melhoria que a Companhia tem obtido se deve à dedicação dos seus engenheiros e técnicos da área de performance térmica, operação e manutenção. Esse esforço, tanto individual quanto coletivo, elevou a performance de Angra 1 a um nível de excelência ainda maior.

Este resultado é fruto de diversas pesquisas, inspeções, medições, ajustes e trocas de componentes e equipamentos realizados pela ELETRONUCLEAR. Entre esses fatores, destacam-se a limpeza dos 48.000 tubos das caixas dos condensadores do sistema secundário, na parte não nuclear; as melhorias na instrumentação de leitura de vários parâmetros eletromecânicos; e a redução das perdas de vapor, o que otimiza a operação das turbinas; além do uso mais efetivo da água que é empregada na condensação de vapor no ciclo de operação termodinâmica da usina.

2.2 - Acordo Judicial - Seguro de riscos de engenharia referente a obra de construção da Usina Nuclear de Angra 3

Em 27 de junho de 2023, a ELETRONUCLEAR recebeu a importância de R\$ 49.914 da Allianz Seguros S/A, correspondente a € 9.300, com pleno efeito liberatório, cujo valor em reais teve como base a cotação PTAX - Venda do Banco Central do Brasil no fechamento na data de assinatura do Instrumento de Transação (26 de maio de 2023). A importância recebida é proveniente da quitação do acordo judicial celebrado entre ambas as Companhias vinculadas ao processo nº 0400124-51.2016.8.19.0001, em tramitação na 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Processo este movido pela ELETRONUCLEAR S.A., em face da Allianz Seguros S.A., em que se pleiteava a restituição de quantia paga como prêmio de seguro de riscos de engenharia, referente à obra de construção da Usina Nuclear de Angra 3 - Apólice 03.67.0000821, em tramitação na 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro. O acordo prevê a resolução do mérito sem quaisquer outras obrigações adicionais. O ressarcimento de prêmio pago se deve ao fato de que a apólice cobriria todos os estágios da obra, até o seu término, o que não ocorreu, em virtude dos atrasos verificados. Em virtude disso, o risco originalmente contratado não se verificou, resultando no direito da ELETRONUCLEAR de receber a devolução do prêmio equivalente. Por se tratar de ressarcimento de custo originalmente constituído no ativo imobilizado em curso (Angra 3), a presente transação implicou na baixa de custo do ativo imobilizado na importância de R\$ 21.628, bem como no ganho em resultado financeiro no valor de R\$ 28.286 em variação cambial.

2.3 - Êxito no requerimento administrativo interposto junto à Aneel com vistas ao reconhecimento de Energia Não Fornecida Isentada de Ressarcimento - ENF-IR

Por meio do Despacho Aneel nº 1983 de 27 de junho de 2023 foi decidido pelo órgão regulador: (i) aprovar o requerimento interposto por ELETRONUCLEAR (CNPJ nº 42.540.211/0001-67) com vistas à utilização das 336 (trezentos e trinta e seis) horas apuradas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS como Energia Não Fornecida Isenta de Ressarcimento - ENF-IR; e (ii) determinar à CCEE o reaprocessamento das liquidações financeiras mensais das usinas Angra 1, cujo valor da Energia Não Fornecida Isentada de Ressarcimento - ENF-IR contenha as indisponibilidades ocorridas no período de 336 (trezentos e trinta e seis) horas do ano de 2021, expurgando assim os ressarcimentos mensais ocorridos durante o ano de 2022; e (ii.a) as diferenças resultantes desse reaprocessamento, em relação ao valor efetivamente liquidado, deverão ser incluídas no processo das liquidações financeiras mensais, em 12 (doze) parcelas, atualizadas de acordo com as regras de comercialização. Os valores históricos do presente ressarcimento reconhecem o direito de devolução à ELETRONUCLEAR da importância de R\$ 99.114 conforme divulgado na nota 9.

NOTA 3 – AUTORIZAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DAS USINAS

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	Potencial Nominal	Licença para Exploração		Data de Início de Operação	Validade da Licença
		Inicial	Atual		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350MW	Exp. Mot. MME Nº 300 de 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	-

A energia elétrica gerada pela Companhia é rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 1.009, editada em 22 de março de 2022 pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2024 a 2031, bem como os montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do SIN em 2024, através das Resoluções Homologatórias:

- 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)
- 2.805/2020 de 24 de novembro de 2020 (cotas-partes de 2028)
- 2.998/2021 de 14 de dezembro de 2021 (cotas-partes de 2029)
- 3.148/2022 de 06 de dezembro de 2022 (cotas-partes de 2030)
- 3.297/2023 de 12 de dezembro de 2023 (cotas-partes de 2031 e montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do SIN em 2024)

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1- Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS®"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de março de 2024.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão reportadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente do preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

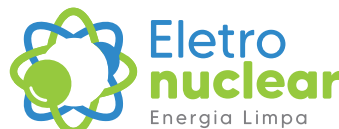
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da ELETRONUCLEAR. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 – Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos decorrentes da aplicação das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, e relacionadas a seguir:



Revisão de Pronunciamento Técnico nº	Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
20	CPC 26 / IAS 1	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis.	01/01/2023
20	CPC 26 / IAS 1	As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do Balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do Passivo; explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do Balanço, e introduzem definição de "liquidação".	01/01/2023
20	CPC 32 / IAS 12	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.	01/01/2023
20	CPC 23 / IAS 8	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis.	01/01/2023
20	CPC 36 / IFRS 10	As alterações tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	01/01/2023

4.4.2 – Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia não realizou a adoção antecipada dos pronunciamentos apresentados no quadro abaixo, visto que não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs e está acompanhando as discussões sobre a incorporação desse novo arcabouço normativo.

23	CPC 06 / IFRS 16	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecido como receita de venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
23	CPC 26 / IAS 1	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por, pelo menos, doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants, cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
24	CPC 03 / IAS 7 CPC 40 / IFRS 7	Divulgação de operações de Risco Sacado que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital.	01/01/2024

4.5 - Demonstração do valor adicionado – DVA

Conforme art. 7 da Lei 13.303, aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado.

Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

5.2 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (nota 26). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.3 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (nota 25).

5.4 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 24).

5.5 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro, de acordo com o IFRS 9.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia, sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.6 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o instrumento financeiro é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual. Os valores justos dos instrumentos financeiros são determinados com base em preços de mercado ou técnicas de avaliação, conforme demonstrado na nota 34.2.

5.7 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos, para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos (nota 27).

5.8 - Determinação da vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual após sua vida útil, esteja integralmente baixado.

A Companhia considera a vida útil estimada de cada ativo em conformidade com as determinações da Aneel, que são tidas como aceitáveis pelo mercado, limitada a data da licença de operação das usinas. A Companhia registra a depreciação acelerada sobre os ativos da Usina Angra 1, visto que o prazo de vigência da licença de operação termina em dezembro de 2024.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.9 - Consumo de Combustível Nuclear

A Companhia efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis por meio do sistema Cadastro de Combustível Nuclear – CCN, que proporcionaliza os custos de aquisição das recargas de combustíveis nucleares, para cada elemento de combustível nuclear no momento da inclusão no sistema, e calcula mensalmente o consumo de cada elemento. Este consumo (amortização) é registrado contabilmente com base no relatório gerado pelo CCN, que apresenta a queima (consumo) mensal, a queima acumulada mensalmente e o saldo residual dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

NOTA 38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Ressarcimento dos créditos vinculados ao Come-Cotas do Fundo de Descomissionamento

Em 20 de fevereiro de 2024, a Centrais Elétricas Brasileira S/A (Eletrobras) realizou a transferência para a ELETRONUCLEAR S/A do valor de R\$ 64.817, referente ao ressarcimento da utilização de créditos relativos ao IR fonte (come-cotas), vinculados ao CNPJ da Eletrobras, sobre os rendimentos de aplicações financeiras do Fundo de Descomissionamento, outrora gerido pela referida companhia, conforme valor demonstrado na nota 15 (a).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO
Presidente do Conselho

ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR
Conselheiro

CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO
Conselheira

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

MARCO ANTONIO S. DA CUNHA CASTELLO BRANCO
Conselheiro

FREDERICO DE ARAÚJO TELES
Conselheiro Independente

SANDRO LEONARDO NOGUEIRA DE LIMA
Conselheiro Representante dos Empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

RAUL LYCURGO LEITE
Diretor Presidente

SIDNEI BISPO
Diretor de Gestão Administrativa

MARCELLO NASCIMENTO CABRAL DA COSTA
Diretor Financeiro

SINVAL Z Aidan GAMA
Diretor Técnico

RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS
Diretor de Operação e Comercialização

RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS
Diretor de Angra 3 Interino

**CONTADOR
RÔMULO LIMA DAS CHAGAS**
CRC RJ-126.109-0/0
Superintendente de Contabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETRONUCLEAR S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social 2023 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); pela Demonstração do Resultado; pela Demonstração do Resultado Abrangente; pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; pela Demonstração do Fluxo de Caixa; pelas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2023; e os Saldos e Transações entre ELETRONUCLEAR e Partes Relacionadas, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames efetuados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, na recomendação do Comitê de Auditoria e de Riscos - COAUD ao Conselho de Administração pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2023, e no Relatório da PricewaterhouseCoopers - PwC Auditores Independentes, referente ao exercício de 2023, emitido sem ressalvas, contendo ênfase a respeito da "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" da Empresa, onde se destaca: "Chamamos a atenção para a nota explicativa 34.3.5 às demonstrações financeiras, que menciona que a posição financeira da Companhia está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da usina Angra 1 – Long Term Operation (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Companhia vem enfrentando desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionados aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3 e LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. Essa situação, entre outras descritas na nota 34.3.5, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.", o Conselho Fiscal após reunião em apartado com os auditores independentes opina que os referidos documentos, com a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETRONUCLEAR S.A..

Adicionalmente, o Conselho Fiscal chama atenção para alguns itens que impactaram o resultado da ELETRONUCLEAR no exercício e contribuíram para agravar a situação financeira e de liquidez de curto prazo no encerramento de 2023, conforme descrito a seguir:

- PMSO – Os desembolsos com Pessoal, Material, Serviços e Outros no ano de 2023 foram superiores em 69% comparados com o PMSO regulatório, o que comprometeu o caixa da empresa em R\$ 808 milhões.
- FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO – Os impostos incidentes (PIS/COFINS/IRPJ/CSLL) sobre as receitas financeiras apuradas do fundo de descomissionamento comprometeram diretamente o caixa da empresa em R\$ 250 milhões, e mais, não podem compor a base de remuneração tarifária.

Outro assunto que merece a atenção da Administração é a necessidade de recursos para investimentos no curto prazo e cuja frustração podem elevar os riscos de operação, segurança e continuidade da empresa, elencados a seguir:

- UNIDADE DE ARMAZENAMENTO A SECO – UAS – A falta de recursos financeiros poderá trazer impacto na 2ª Campanha da UAS, visto que tais recursos são necessários para garantir a continuidade operacional das Usinas de Angra 1 e Angra 2. Caso a Campanha de Angra 2 não se inicie em 2024, existe o risco da Usina de Angra 2 não poder voltar a operar após a parada prevista para novembro de 2024, por falta de espaço na Piscina de Armazenamento de Elementos Combustíveis Irrradiados.
- O Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 – LTO e continuidade das Obras de Angra 3. Sobre a LTO, a ELETRONUCLEAR enviou CNEN a Solicitação para Renovação da Licença de Angra 1 em outubro de 2019, e, segundo a ELETRONUCLEAR, está em avaliação por aquele órgão regulador. Em paralelo, a Companhia iniciou negociações com o IBAMA, no âmbito do licenciamento ambiental, para formatação do pedido formal de nova licença de operação para a Central Nuclear. Em suma, os fatos até aqui elencados demonstram que o quadro de insuficiência financeira da ELETRONUCLEAR poderá culminar na paralisação das 2 usinas em operação, seja pela indisponibilidade de licença (Angra 1), seja pela impossibilidade de se trocar o combustível (Angra 2).

O Conselho Fiscal entende que é fundamental que: a Administração viabilize os recursos financeiros para a retomada e conclusão das obras e programas, em especial e com urgência das associadas à extensão da vida útil de Angra 1 e da segunda campanha da UAS; seja viabilizado os recursos necessários para os projetos e as obras de construção de Angra 3; e a Administração intensifique as ações para redução de custos para viabilizar a sustentabilidade econômica-financeira da empresa.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024.

MARCELO SENNA VALLE PIOTO
Presidente

STÊNIO SCHNEIDER CARDONA ROCHA
Conselheiro

RAPHAEL EHLERS DOS SANTOS
Conselheiro

MARCOS BARRETO DE FARIA PINHO
Conselheiro

RODRIGO VILELLA RUIZ
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.eletronuclear.gov.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 19 de março de 2024, sem modificações e com seção de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia.